

**Sumário**

Atos do Poder Executivo .....	1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações .....	1
..... Esta edição completa do DOU é composta de 2 páginas.....	

**Atos do Poder Executivo****REPUBLICAÇÃO****DECRETO Nº 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020 (\*)**

Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

**DECRETA :****Objeto**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

**Âmbito de aplicação**

Art. 2º Este Decreto aplica-se às pessoas jurídicas de direito público interno, federal, estadual, distrital e municipal, e aos entes privados e às pessoas naturais.

**Serviços públicos e atividades essenciais**

Art. 3º As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º.

§ 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:

- I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
- II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
- IV - atividades de defesa nacional e de defesa civil;
- V - transporte intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros e o transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- VI - telecomunicações e internet;
- VII - serviço de **call center**;
- VIII - captação, tratamento e distribuição de água;
- IX - captação e tratamento de esgoto e lixo;
- X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;
- XI - iluminação pública;
- XII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
- XIII - serviços funerários;
- XIV - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;
- XV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XVI - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;
- XVII - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XVIII - vigilância agropecuária internacional;
- XIX - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;
- XX - compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
- XXI - serviços postais;
- XXII - transporte e entrega de cargas em geral;
- XXIII - serviço relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (**data center**) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
- XXIV - fiscalização tributária e aduaneira;
- XXV - transporte de numerário;
- XXVI - fiscalização ambiental;
- XXVII - produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
- XXVIII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXIX - levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;

XXX - mercado de capitais e seguros;

XXXI - cuidados com animais em cativeiro;

XXXII - atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;

XXXIII - atividades médico-periciais relacionadas com o regime geral de previdência social e assistência social;

XXXIV - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência; e

XXXV - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

§ 3º É vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais, e de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população.

§ 4º Para fins do cumprimento ao disposto neste Decreto, os órgãos públicos e privados disponibilizarão equipes devidamente preparadas e dispostas à execução, ao monitoramento e à fiscalização dos serviços públicos e das atividades essenciais.

§ 5º Os órgãos públicos manterão mecanismos que viabilizem a tomada de decisões, inclusive colegiadas, e estabelecerão canais permanentes de interlocução com as entidades públicas e privadas federais, estaduais, distritais e municipais.

§ 6º As limitações de serviços públicos e de atividades essenciais, inclusive as reguladas, concedidas ou autorizadas somente poderão ser adotadas em ato específico e desde que em articulação prévia do com o órgão regulador ou do Poder concedente ou autorizador.

§ 7º Na execução dos serviços públicos e das atividades essenciais de que trata este artigo devem ser adotadas todas as cautelas para redução da transmissibilidade da **COVID-19**.

Art. 4º Os Poderes Judiciário e Legislativo, os Tribunais de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública definirão suas limitações de funcionamento.

Art. 5º Resolução do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 poderá definir outros serviços públicos e atividades considerados essenciais e editar os atos necessários à regulamentação e à operacionalização do disposto neste Decreto.

**Vigência**

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de março de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

*Sérgio Moro*

*Luiz Henrique Mandetta*

*Wagner de Campos Rosário*

*André Luiz de Almeida Mendonça*

*Walter Souza Braga Netto*

(\*)Republicação do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição Extra G do Diário Oficial da União de 20 de março de 2020, Seção 1.

**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 1.186, DE 20 DE MARÇO DE 2020**

Regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, Institutos e Unidades de Pesquisa.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979,



de 6 de fevereiro de 2020, nas Instruções Normativas nº 19 e 20/SGP/SEDGG/ME, de 12 de março de 2020, e na Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Instituir, em caráter excepcional e temporário, no contexto do enfrentamento à COVID-19, o regime de trabalho remoto para os servidores, empregados públicos e estagiários da Administração Direta do MCTIC, até 3 de abril de 2020.

§ 1º O servidor deverá ficar à disposição durante o horário de expediente do MCTIC, de acordo com a jornada normal de trabalho, para contato telefônico ou eletrônico.

§ 2º Conforme necessidade do serviço ou a critério da chefia imediata, o servidor poderá ser convocado para atividades presenciais.

§ 3º A infraestrutura tecnológica e de comunicação adequada à execução das atividades fora das dependências das unidades administrativas fica à custa do servidor, sendo vedado qualquer tipo de ressarcimento.

§ 4º O registro da concessão do regime de trabalho remoto deve ser feito pela chefia imediata por meio do formulário [http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id\\_aplicacao=54813](http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=54813).

Art. 2º Garantidos os serviços e as atividades essenciais, que deverão ser realizados presencialmente, os secretários e dirigentes máximos de cada unidade organizacional do MCTIC, Institutos e Unidades de Pesquisa, poderão adotar:

- I - turnos de trabalho, para revezamento;
- II - melhor distribuição física da força de trabalho presencial, com o objetivo de evitar concentração e proximidade de pessoas no ambiente; e
- III - flexibilização dos horários de início e término da jornada, inclusive dos intervalos intrajornada.

Parágrafo Único. A adoção de qualquer das medidas previstas no caput ocorrerá sem necessidade de compensação de jornada e sem prejuízo da remuneração.

Art. 3º Os servidores ocupantes de Cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) ou Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) níveis 4, 5 e 6 deverão trabalhar em regime presencial, exceto os enquadrados em pelo menos uma das seguintes situações:

- a) tiver sessenta anos ou mais;
- b) for imunodeficiente ou sofrer de doença crônica ou grave;
- c) for responsável pelo cuidado de pessoa com suspeita ou diagnóstico de infecção por COVID-19, desde que haja coabitação;
- d) residir com pessoa com sessenta anos ou mais;
- e) possuir filho em idade escolar ou inferior cujo cuidado demande a permanência do servidor na residência; e
- f) estiver gestante ou for lactante.

Parágrafo único. Nas hipóteses elencadas, os Formulários de Autodeclaração anexos à IN nº 21, de 16 de março de 2020, deverão ser preenchidos e encaminhados à chefia imediata via processo eletrônico.

Art. 4º É dever da chefia imediata:

- I - planejar, coordenar e controlar a execução do trabalho remoto em sua área de competência;
- II - aferir e monitorar o desempenho dos servidores em trabalho remoto; e
- III - fornecer, sempre que demandado, dados e informações sobre o andamento do trabalho remoto na sua unidade.

Art. 5º Compete às unidades de Gestão de Pessoas lançar, para fins de registro nos assentamentos funcionais do servidor, a concessão da jornada de trabalho remoto, o período de duração e o que mais lhe for concernente.

Art. 6º Cabe às áreas de Tecnologia da Informação:

- I - viabilizar o acesso dos servidores em regime de trabalho remoto:
  - a) ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI;
  - b) aos respectivos sistemas do MCTIC; e
  - c) ao e-mail institucional.
- II - divulgar os requisitos tecnológicos para realização do trabalho remoto.

Art. 7º Ficam ratificadas as orientações constantes dos Memorandos Circulares SEXEC nº 172 e 179, de 16 e 17 de março de 2020, respectivamente.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

# A Imprensa Nacional está nas redes sociais

*A informação oficial onde você estiver*

**SIGA-NOS**

**DiarioOficialdaUniao**  
**@Imprns\_Nacional**  
**impresnacional**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL**

JAIR MESSIAS BOLSONARO Presidente da República	JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral	PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE Diretor-Geral da Imprensa Nacional
---	---	--

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**  
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação	HELDER KLEIST OLIVEIRA Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais
---	--

	<p><b>SEÇÃO 1</b> • Publicação de atos normativos</p> <p><b>SEÇÃO 2</b> • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal</p> <p><b>SEÇÃO 3</b> • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais</p>
--	---

[www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)    [ouvidoria@in.gov.br](mailto:ouvidoria@in.gov.br)  
 SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
 CNPJ: 04196645/0001-00    Fone: (61) 3441-9450